



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário
Área Administrativa



Prova Cargo K10, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 5 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Crimes hediondos

É correta a disposição do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de aperfeiçoar a Lei de Crimes Hediondos, de modo a permitir que condenados com base nesse diploma tenham direito à progressão da pena, isto é, ao abrandamento das condições de encarceramento.

Mais do que um instrumento efetivo para combater a criminalidade, a referida Lei, de 1990, foi uma tentativa até certo ponto açodada do Legislativo de dar uma resposta aos justos anseios da população por mais segurança. O problema é que essa legislação, que pode ser resumida como o endurecimento das penas e do regime de prisão para certos crimes, não apenas é pouco eficaz para conter a violência criminosa como ainda gera uma série de efeitos colaterais contraproducentes. Para começar, ela cria distorções na proporcionalidade entre delitos e penas. (...)

No mais, a Lei, ao manter por mais tempo o condenado nos presídios, contribui para a superpopulação das cadeias. Ela também tira das autoridades carcerárias um instrumento de controle do detento, que é a possibilidade de recompensá-lo com a redução da pena por bom comportamento.

Defender uma revisão na Lei de Crimes Hediondos não significa de modo algum ser leniente com a criminalidade, que precisa ser combatida com energia pelo poder público. O melhor remédio contra a violência é justamente a virtual certeza de que todos os que cometerem crimes serão punidos. E isso, infelizmente, não existe no Brasil, onde ainda se faz necessário avançar na formação de uma polícia moderna e eficaz, que elucide delitos e capture seus perpetradores. É esse o caminho a seguir, ao lado de medidas de prevenção.

(Adaptado de **Folha de S. Paulo**, 12 de agosto de 2004, A2)

1. De acordo com o texto, a Lei de Crimes Hediondos
 - (A) é exemplo de uma legislação rigorosa, capacitada inteiramente ao efetivo controle da ação criminosa.
 - (B) tornou-se um instrumento ultrapassado, por aplicar-se somente a determinados tipos de crimes, daí sua necessária revisão.
 - (C) tem sido um instrumento legal pouco eficiente na contenção da criminalidade, apesar de sua proposta inicial.
 - (D) possibilitará à polícia uma atuação efetiva na elucidação de crimes, com a devida punição dos responsáveis por eles.
 - (E) deverá ser aperfeiçoada, para conseguir que os criminosos cumpram suas penas em presídios de regimes rigorosos.

2. O texto deixa claro que, para combater a violência, é necessário
 - (A) acabar com a impunidade, sem desconsiderar a importância de programas destinados a prevenir a ocorrência de ações criminosas.
 - (B) ampliar o número de presídios fechados, que funcionem com normas rígidas, para evitar a superlotação de cadeias, estas sem a segurança adequada.
 - (C) rever os dispositivos legais de atribuição das penalidades, para que o tempo de encarceramento seja ampliado e integralmente cumprido.
 - (D) oferecer às autoridades carcerárias instrumentos efetivos de controle dos presidiários, estabelecendo-se normas rígidas na rotina destes últimos.
 - (E) determinar penas cada vez mais severas, no sentido de coibir a prática criminosa, pelo receio das rígidas condições impostas aos condenados, nas prisões.

3. O ponto de vista defendido no editorial, em relação à Lei de Crimes Hediondos, está expresso corretamente da seguinte maneira:
 - (A) uma revisão na Lei é extemporânea e incrementaria a ocorrência de ações criminosas.
 - (B) a Lei não conseguiu cumprir seu principal objetivo, além de produzir alguns efeitos indesejáveis.
 - (C) o Poder Legislativo não parece ser a instância mais adequada para agir em defesa dos anseios da população.
 - (D) as penalidades impostas pela Lei de Crimes Hediondos não correspondem à gravidade dos delitos cometidos.
 - (E) somente o Poder Público tem atribuição legal para impedir a revisão das penas impostas pela Lei de Crimes Hediondos.

4. ... *não apenas é pouco eficaz para conter a violência criminosa como ainda gera uma série de efeitos colaterais contraproducentes.* (2º parágrafo)

As expressões grifadas acima estarão corretamente substituídas, sem alteração do sentido original, por

- (A) ... não é apenas - nem gera...
- (B) ... ou é apenas - ou gera...
- (C) ... não apenas é - enquanto não gera...
- (D) ... além de ser - também gera...
- (E) ... é apenas - apesar de gerar...

5. ... *que precisa ser combatida com energia pelo poder público.* (início do 4º parágrafo)

Transpondo-se a frase para a voz ativa, a forma verbal passará a ser

- (A) precisa combater.
- (B) irá combater.
- (C) vai ser combatida.
- (D) deve ser combatido.
- (E) se combaterá.

6. A concordância está inteiramente correta na frase:

- (A) É correto as tentativas de aperfeiçoamento das leis que envolvem condenados por crimes considerado hediondo.
- (B) Existe muitos jovens, envolvidos em ações criminosas, que necessitam de apoio que o ajudem a recuperar-se.
- (C) Ações criminosas devem ser combatidas com rigor, mas é importante adotar medidas de segurança que previnam sua ocorrência.
- (D) Seria eficaz, no combate ao crime, medidas que realmente punissem seus autores com penas proporcional aos delitos cometidos.
- (E) O uso de crianças e jovens em atividades ilegais são comuns, especialmente entre os mais pobres, que o consideram um caminho para sair da miséria.

7. O verbo flexionado de forma INCORRETA está grifado na frase:

- (A) Com base na legislação vigente, os promotores propuseram às autoridades responsáveis as penalidades cabíveis.
- (B) Alguns policiais requiseram o cumprimento do dispositivo legal para garantir sua segurança durante as diligências.
- (C) Estudam-se alterações no conteúdo de certas leis para que elas dêem resultados positivos no controle da violência.
- (D) Apesar de rígidas, as condições de encarceramento para criminosos ainda não contêm a ocorrência de atos de violência.
- (E) Ninguém ainda se deteve para analisar os resultados da aplicação rigorosa de penalidades aos detentos.

8. O combate criminalidade é prioridade do poder público, embora os índices de violência permaneçam altos, devido, principalmente, certeza da impunidade seus autores.

As lacunas da frase acima devem ser corretamente preenchidas por

- (A) a - a - a
- (B) à - à - à
- (C) a - a - à
- (D) à - à - a
- (E) a - à - à

Atenção: As questões de números 9 a 14 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A economia vai devorar o planeta?

Para a maioria dos ecologistas, o impacto das atividades humanas sobre a natureza é real. A salvação do planeta passaria necessariamente pelo fim do crescimento de economias e populações, além da adoção de uma economia ecológica – com a reforma dos sistemas de produção de alimentos, materiais e energia. Uma economia ambientalmente sustentável seria movida por fontes renováveis de energia: eólica, solar e geotérmica. A eletricidade eólica seria usada para produzir hidrogênio. As estruturas atuais de gasodutos fariam o transporte do gás que moveria a frota de automóveis. Nesse sistema, a indústria da reciclagem e reutilização substituiria em grande parte as atividades extrativistas.

Para se alcançar esse estágio, os sistemas tributários mundiais precisariam ser reformulados, de modo a oferecer subsídios à reciclagem e à geração de energia limpa e renovável e taxar atividades insustentáveis, como o uso de combustível fóssil.

No entanto, sem estacionar a população mundial, nenhuma mudança terá realmente efeito. Mais pessoas requerem mais comida, mais água, mais espaço, bens, serviços e energia. Ocorre que deter ou até mesmo reduzir o crescimento da população mundial não é tão simples. O tamanho das famílias, em muitos países, está ligado à maneira como os casais encaram o sexo e a virilidade.

O tamanho e a complexidade dos sistemas mundiais tornam a adoção da ecoeconomia uma tarefa gigantesca e muito distante de ser realizada. O aumento da temperatura global, a superpopulação e a contaminação dos ecossistemas mundiais estão por toda parte: somente podem-se corrigir os efeitos que eles criam, com medidas de alcance global. Pequenas substituições e correções de rumo em alguns setores não constituem uma solução. Com 6 bilhões de pessoas no mundo, até metas mais óbvias, como deter o nível de desflorestamento, parecem distantes.

(Adaptado de Bruno Versolato, **Superinteressante**, maio de 2004, p. 69)

9. A resposta à questão colocada no título do texto, considerando-se o contexto,

(A) parece refletir uma visão radical, geralmente desenvolvida por ecologistas, que não aceitam certas atividades econômicas, como a exploração de combustíveis fósseis.

(B) aponta apenas uma posição direcionada de certos grupos, como os economistas, que tentam impor mudanças na economia mundial, difíceis de serem realizadas.

(C) reflete uma incoerência, já que seu autor defende a necessidade de uma atividade econômica globalizada, em benefício do planeta.

(D) é negativa, tendo em vista a ausência de conscientização da necessidade de mudanças significativas na economia mundial.

(E) é afirmativa, pois a sobrevivência do homem na Terra exige consumo cada vez maior das fontes atuais de energia e de recursos naturais.

10. A salvação do planeta passaria necessariamente pelo fim do crescimento de economias e populações, além da adoção de uma economia ecológica ... (início do texto)

A única substituição do segmento grifado na frase acima que compromete seu sentido original é:

- (A) ... e também pela adoção...
- (B) ... exceto a adoção...
- (C) ... inclusive pela adoção...
- (D) ... com a adoção...
- (E) ... e até pela adoção...

11. ... *seria movida por fontes renováveis de energia: eólica, solar e geotérmica.* (meio do 1º parágrafo)

O emprego dos dois pontos introduz no contexto

- (A) condição anterior.
- (B) finalidade futura.
- (C) enumeração explicativa.
- (D) repetição desnecessária.
- (E) caracterização do discurso do interlocutor.

12. O pronome que substitui a expressão grifada está INCORRETO na alternativa:

- (A) *produzir hidrogênio* = produzir-lhe
- (B) *substituiria as atividades extrativistas* = substituí-las-ia
- (C) *taxar atividades industriais* = taxá-las
- (D) *tornam a adoção da economia* = tornam-na
- (E) *não constituem uma solução* = não a constituem

13. ... ou até mesmo reduzir o crescimento da população mundial ... (meio do 3º parágrafo)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:

- (A) ... o impacto das atividades humanas sobre a natureza é real.
- (B) A salvação do planeta passaria necessariamente pelo fim do crescimento de economias e populações ...
- (C) Uma economia... seria movida por fontes renováveis de energia.
- (D) ... nenhuma mudança terá realmente efeito.
- (E) ... até metas mais óbvias ... parecem distantes.

14. As estruturas atuais de gasodutos fariam o transporte do gás que moveria a frota de automóveis. (1º parágrafo)

O emprego das formas verbais grifadas acima indica, no contexto,

- (A) incerteza da realização de um fato passado.
- (B) dúvida real de que um fato se concretize.
- (C) ação que se realiza habitualmente até o momento presente.
- (D) fato consumado, anterior a outro, também passado.
- (E) hipótese que depende de certa condição anterior.

15. Há palavras escritas de forma INCORRETA na frase:

- (A) Todos, sem excessão, reivindicavam melhores condições de trabalho, além de salários condizentes com as necessidades de uma vida digna.
- (B) A extinção virtual de fronteiras entre os países, conseqüência do processo de globalização, impõe uma revisão da ordem econômica mundial.
- (C) A aceleração da atividade agrícola na região norte, embora gere empregos e renda, constitui uma das ameaças à conservação da floresta amazônica.
- (D) Vários projetos têm sido desenvolvidos na região amazônica, objetivando a manutenção da biodiversidade, com exploração sustentada de seus recursos.
- (E) A decisão de paralisar os trabalhos resultou de uma sessão tensa, em que houve muita discussão infrutífera, sem nenhuma possibilidade de acordo.

<p>16. Sistemáticamente, Fábio e Cíntia vão a um mesmo restaurante: Fábio a cada 15 dias e Cíntia a cada 18 dias. Se em 10 de outubro de 2004 ambos estiveram em tal restaurante, outro provável encontro dos dois nesse restaurante ocorrerá em</p> <p>(A) 9 de dezembro de 2004.</p> <p>(B) 10 de dezembro de 2004.</p> <p>(C) 8 de janeiro de 2005.</p> <p>(D) 9 de janeiro de 2005.</p> <p>(E) 10 de janeiro de 2005.</p>	<p>20. Considere que a receita mensal, em reais, de uma pequena indústria seja calculada pela expressão $R(x) = 36\,000x - 3\,000x^2$, em que x é o preço unitário de venda, em reais, do produto por ela fabricado. Para que seja gerada uma receita de R\$ 108 000,00, o preço x deve ser igual a</p> <p>(A) R\$ 6,00</p> <p>(B) R\$ 7,00</p> <p>(C) R\$ 8,00</p> <p>(D) R\$ 9,00</p> <p>(E) R\$ 10,00</p>
<p>17. Para encher um tanque com água dispõe-se de duas torneiras I e II. Considere que, abrindo-se apenas I, o tanque estaria cheio após 12 minutos, enquanto que II, sozinha, levaria 15 minutos para enchê-lo. Assim sendo, se I e II fossem abertas simultaneamente, o tanque estaria cheio em</p> <p>(A) 6 minutos e 10 segundos.</p> <p>(B) 6 minutos e 15 segundos.</p> <p>(C) 6 minutos e 25 segundos.</p> <p>(D) 6 minutos e 30 segundos.</p> <p>(E) 6 minutos e 40 segundos.</p>	<p>21. Um técnico, responsável pela montagem de um livro, observou que, na numeração de suas páginas, haviam sido usados 321 algarismos. O número de páginas desse livro era</p> <p>(A) 137</p> <p>(B) 139</p> <p>(C) 141</p> <p>(D) 143</p> <p>(E) 146</p>
<p>18. Álvaro e José são seguranças de uma empresa e recebem a mesma quantia por hora-extra de trabalho. Certo dia, em que Álvaro cumpriu 2 horas-extras e José cumpriu 1 hora e 20 minutos, Álvaro recebeu R\$ 11,40 a mais do que José. Logo, as quantias que os dois receberam, pelas horas-extras cumpridas nesse dia, totalizavam</p> <p>(A) R\$ 60,00</p> <p>(B) R\$ 57,00</p> <p>(C) R\$ 55,00</p> <p>(D) R\$ 54,50</p> <p>(E) R\$ 53,80</p>	<p>22. Suponha que a jornada de trabalho de uma pessoa seja de 8 horas diárias. Certo dia, ela chegou ao trabalho quando eram decorridos $\frac{11}{36}$ do dia, saiu para almoçar às 12 horas e 15 minutos e retomou o trabalho às 13 horas. Se foi para casa quando eram decorridos $\frac{2}{3}$ do mesmo dia, então sua jornada</p> <p>(A) foi integralmente cumprida.</p> <p>(B) foi excedida em 10 minutos.</p> <p>(C) foi excedida em 5 minutos.</p> <p>(D) deixou de ser cumprida, pois faltaram 10 minutos.</p> <p>(E) deixou de ser cumprida, pois faltaram 5 minutos.</p>
<p>19. Dos X reais que foram divididos entre três pessoas, sabe-se que: a primeira recebeu $\frac{2}{3}$ de X, diminuídos de R\$ 600,00; a segunda, $\frac{1}{4}$ de X; e a terceira, a metade de X, diminuída de R\$ 4 000,00. Nessas condições, o valor de X é</p> <p>(A) 10 080</p> <p>(B) 11 000</p> <p>(C) 11 040</p> <p>(D) 11 160</p> <p>(E) 11 200</p>	<p>23. Dispõe-se de um bloco maciço de madeira com volume de $0,04\text{ m}^3$. Se a densidade da madeira é $0,93\text{ g/cm}^3$, o peso desse bloco, em quilogramas, é</p> <p>(A) 23,25</p> <p>(B) 37,2</p> <p>(C) 232,5</p> <p>(D) 372</p> <p>(E) 2 325</p>

<p>24. Das pessoas atendidas em um ambulatório certo dia, sabe-se que 12 foram encaminhadas a um clínico geral e as demais para tratamento odontológico. Se a razão entre o número de pessoas encaminhadas ao clínico e o número das restantes, nessa ordem, é $\frac{3}{5}$, o total de pessoas atendidas foi</p> <p>(A) 44</p> <p>(B) 40</p> <p>(C) 38</p> <p>(D) 36</p> <p>(E) 32</p>	<p>27. Um comerciante compra certo artigo ao preço unitário de R\$ 48,00 e o coloca à venda por um preço que lhe proporcionará uma margem de lucro de 40% sobre o preço de venda. O preço unitário de venda desse artigo é</p> <p>(A) R\$ 78,00</p> <p>(B) R\$ 80,00</p> <p>(C) R\$ 84,00</p> <p>(D) R\$ 86,00</p> <p>(E) R\$ 90,00</p>
<p>25. Franco e Jade foram incumbidos de digitar as laudas de um texto. Sabe-se que ambos digitaram suas partes com velocidades constantes e que a velocidade de Franco era 80% da de Jade. Nessas condições, se Jade gastou 10 minutos para digitar 3 laudas, o tempo gasto por Franco para digitar 24 laudas foi</p> <p>(A) 1 hora e 15 minutos.</p> <p>(B) 1 hora e 20 minutos.</p> <p>(C) 1 hora e 30 minutos.</p> <p>(D) 1 hora e 40 minutos.</p> <p>(E) 2 horas.</p>	<p>28. Um técnico judiciário arquivou 20% do total de processos de um lote. Se 35% do número restante corresponde a 42 processos, então o total existente inicialmente no lote era</p> <p>(A) 110</p> <p>(B) 120</p> <p>(C) 140</p> <p>(D) 150</p> <p>(E) 180</p>
<p>26. Certo mês, o dono de uma empresa concedeu a dois de seus funcionários uma gratificação no valor de R\$ 500,00. Essa quantia foi dividida entre eles, em partes que eram diretamente proporcionais aos respectivos números de horas de plantões que cumpriram no mês e, ao mesmo tempo, inversamente proporcionais às suas respectivas idades. Se um dos funcionários tinha 36 anos e cumpriu 24 horas de plantões e, o outro, de 45 anos, cumpriu 18 horas, coube ao mais jovem receber</p> <p>(A) R\$ 302,50</p> <p>(B) R\$ 310,00</p> <p>(C) R\$ 312,50</p> <p>(D) R\$ 325,00</p> <p>(E) R\$ 342,50</p>	<p>29. Num mesmo dia, são aplicados a juros simples: $\frac{2}{5}$ de um capital a 2,5% ao mês e o restante, a 18% ao ano. Se, decorridos 2 anos e 8 meses da aplicação, obtém-se um juro total de R\$ 7 600,00, o capital inicial era</p> <p>(A) R\$ 12 500,00</p> <p>(B) R\$ 12 750,00</p> <p>(C) R\$ 14 000,00</p> <p>(D) R\$ 14 500,00</p> <p>(E) R\$ 14 750,00</p> <p>30. Uma duplicata, no valor nominal de R\$ 1 800,00, foi resgatada antes do vencimento por R\$ 1 170,00. Se a taxa de desconto comercial simples era de 2,5% ao mês, o tempo de antecipação foi de</p> <p>(A) 2 anos e 6 meses.</p> <p>(B) 2 anos e 4 meses.</p> <p>(C) 2 anos e 1 mês.</p> <p>(D) 1 ano e 6 meses.</p> <p>(E) 1 ano e 2 meses.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. O diretor Administrativo da Companhia Transportes Coletivos, controlada indiretamente pelo Município de Caleidoscópio, necessitando contratar os serviços de limpeza e manutenção de sua sede,

- (A) poderá contratar esses serviços mediante inexigibilidade de licitação, em decorrência de ser essa empresa controlada indiretamente pelo Poder Público.
- (B) poderá contratar livremente esses serviços, sem necessidade de realizar licitação, posto que a Lei de Licitações não deve ser observada pelas empresas controladas indiretamente pelo Poder Público.
- (C) deverá contratar diretamente esses serviços, mediante licitação dispensada, em decorrência da natureza singular do objeto da contratação.
- (D) deverá observar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, realizando a licitação na modalidade correspondente ao valor estimado da contratação.
- (E) deverá contratar os referidos serviços sem necessidade de realizar o correspondente procedimento licitatório, desde que caracterizada situação de emergência, hipótese em que a licitação será vedada.

32. A possibilidade de a Administração Pública alterar unilateralmente o contrato administrativo, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, decorre do princípio da

- (A) impessoabilidade.
- (B) indisponibilidade do interesse público.
- (C) vinculação ao edital.
- (D) adjudicação compulsória.
- (E) legalidade.

33. A anulação e a revogação dos atos administrativos decorrem, respectivamente,

- (A) da ilegalidade e da conveniência e oportunidade, sendo da competência exclusiva da Administração Pública a revogação.
- (B) da conveniência e da oportunidade, sendo de competências exclusivas do Poder Judiciário anular e a Administração Pública revogar.
- (C) de vícios por arbitrariedade e de discricionariedade da autoridade competente, devendo o Poder Judiciário anular e a Administração Pública revogar.
- (D) da convalidação e dos motivos determinantes, podendo o Poder Judiciário e a Administração Pública revogar e anular.
- (E) da invalidação e do desfazimento, sendo da competência da Administração Pública apenas revogar e do Poder Judiciário anular.

34. Em matéria de acumulação remunerada, exercendo Herodes o cargo em comissão de Diretor de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí,

- (A) estará impedido de exercer um segundo cargo de confiança, independentemente de haver compatibilidade de horários, assim como de participar de conselho fiscal de empresas públicas.
- (B) poderá ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva pelo prazo de até dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.
- (C) poderá, em caráter excepcional e a critério de seu chefe imediato, exercer outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do cargo anteriormente ocupado.
- (D) poderá exercer outro cargo de confiança, desde que seja eminentemente técnico, sem prejuízo das atribuições daquele anteriormente ocupado, desde que haja compatibilidade de horários.
- (E) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições daquele anteriormente ocupado.

35. Ao tomar ciência de suposta irregularidade perpetrada pela prefeitura da cidade de Campo Verde, Aristóteles Neto peticionou perante àquela municipalidade, objetivando ter acesso aos documentos que comprovariam referida irregularidade. Ocorre que, por ordem expressa do Prefeito, teve seu pleito indeferido. Em virtude da negativa, o executivo municipal desrespeitou o princípio da

- (A) imperatividade.
- (B) impessoabilidade.
- (C) tipicidade.
- (D) publicidade.
- (E) razoabilidade.

36. Objetivando sinalizar corretamente todas as vias públicas do município de Monte Olimpo, o órgão responsável por essa função resolveu colocar na parede da residência de Aristóteles Magno, situada numa esquina, uma placa com o nome da respectiva rua. Referido administrado, em que pese não ter concordado com a decisão, teve de aceitá-la. Nesses termos, o atributo do ato administrativo que permitiu ao Poder Público agir da forma narrada denomina-se

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) imperatividade.
- (C) motivo.
- (D) auto-executoriedade.
- (E) tipicidade.

37. Aprovado em concurso público de provas e títulos, Pilatos Neto, após ser submetido à inspeção médica oficial, tomou posse no respectivo cargo 15 (quinze) dias após a publicação do ato de provimento. Contudo, viajou para o exterior no dia seguinte, retornando somente após 5 (cinco) semanas. Em virtude do fato narrado, Pilatos Neto será

- (A) colocado em disponibilidade, já que não observou o prazo legal de 30 (trinta) dias para entrar em exercício.
- (B) demitido do cargo, em virtude da não observância do prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício.
- (C) exonerado do cargo, uma vez que não entrou em exercício dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias.
- (D) readaptado em outro cargo, posto que não passou a desempenhar suas funções dentro de prazo legal de 30 (trinta) dias.
- (E) punido com a pena de suspensão por até 15 (quinze) dias, após entrar em exercício.

38. A Administração Pública Federal constatou que Ezequiel Júnior acumulava ilegalmente dois cargos públicos. Em virtude do ocorrido, a autoridade competente notificou-o, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ciência. Decorrido esse prazo legal, sem qualquer manifestação por parte do servidor em questão, foi instaurado procedimento sumário para a apuração dos fatos. Durante o prazo para defesa, Ezequiel Júnior apresentou opção. Diante desse fato,
- (A) a opção intempestiva caracteriza a má-fé do servidor, culminando com sua disponibilidade em relação a ambos os cargos.
- (B) a opção efetuada apenas durante o procedimento sumário não impede sua continuidade.
- (C) a tardia opção demonstra a má-fé do servidor, que será automaticamente exonerado de ambos os cargos.
- (D) deverá ser desconsiderada a extemporânea opção e aplicada ao servidor a pena de demissão em relação ao cargo que ocupa há menos tempo.
- (E) restará configurada sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

39. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos assegurados pela Constituição Federal, considere:
- I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, mas a criação de associações depende de autorização estatal e ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- III. Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, podem impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros.
- É correto o que se contém APENAS em
- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.
40. É assegurado pela Constituição Federal à categoria dos trabalhadores domésticos, dentre outros direitos,
- (A) a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (B) o piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.
- (C) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- (D) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- (E) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.

41. A União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência concorrente para legislar, dentre outras matérias, sobre
- (A) previdência social, proteção e defesa da saúde.
- (B) sistemas de consórcios e sorteios.
- (C) populações indígenas.
- (D) seguridade social.
- (E) serviço postal.

42. Com relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar que
- (A) as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
- (B) a representação de cada Estado e do Distrito Federal, através dos Senadores, será renovada integralmente de quatro em quatro anos.
- (C) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
- (D) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos, sendo que cada Senador será eleito com dois suplentes.
- (E) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, em cada Estado e no Distrito Federal, pelo sistema majoritário.

43. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Com relação às medidas provisórias, é INCORRETO afirmar que
- (A) a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- (B) é vedada, dentre outras, a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- (C) aprovado projeto de lei de conversão, alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.
- (D) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (E) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal sendo posteriormente encaminhadas para votação na Câmara dos Deputados.

<p>44. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão chamados ao exercício da Presidência</p> <p>(A) sucessivamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) sucessivamente, o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) alternativamente, o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) alternativamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.</p> <p>(E) sucessivamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal.</p>	<p>47. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo</p> <p>(A) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) Senado Federal, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(C) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Senado Federal.</p> <p>(D) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Congresso Nacional.</p> <p>(E) Tribunal de Contas da União, com supervisão do Ministro da Fazenda.</p>
<p>45. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) os mandados de segurança e <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.</p> <p>(B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.</p> <p>(C) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.</p> <p>(D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal.</p> <p>(E) os <i>habeas corpus</i>, quando o coator ou paciente for Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.</p>	<p>48. Maria, às 3 (três) horas da madrugada, está sendo espancada por seu marido no interior de sua residência e grita de dor. Os vizinhos chamam a polícia. Nesse caso, os policiais</p> <p>(A) não poderão entrar na casa, sem o consentimento dos moradores, porque o fato está ocorrendo durante o período noturno.</p> <p>(B) não poderão ingressar na casa, porque esta é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento dos moradores.</p> <p>(C) somente poderão entrar na casa, sem o consentimento dos moradores, se previamente autorizados por mandado expedido pelo Delegado de Polícia.</p> <p>(D) poderão penetrar da casa, sem o consentimento dos moradores, porque se trata de hipótese de flagrante delito.</p> <p>(E) somente poderão entrar na casa, sem o consentimento dos moradores, se previamente autorizados por mandado judicial.</p>
<p>46. Considere os seguintes órgãos:</p> <p>I. Tribunais de Contas.</p> <p>II. Tribunais Eleitorais.</p> <p>III. Tribunais de Impostos e Taxas.</p> <p>IV. Tribunais Militares.</p> <p>São órgãos do Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal brasileira, os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO</p> <p>49. São requisitos indispensáveis para a configuração do vínculo empregatício</p> <p>(A) pessoalidade, eventualidade, subordinação e onerosidade.</p> <p>(B) pessoalidade, habitualidade, subordinação e exclusividade.</p> <p>(C) pessoalidade, habitualidade, subordinação e onerosidade.</p> <p>(D) alteridade, autonomia, exclusividade e onerosidade.</p> <p>(E) habitualidade, autonomia e finalidade lucrativa.</p>

<p>50. É correto afirmar que</p> <p>(A) não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.</p> <p>(B) não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, ainda que não esteja caracterizada a relação de emprego.</p> <p>(C) apenas o trabalho realizado no estabelecimento do empregador caracteriza a relação de emprego.</p> <p>(D) o trabalho executado no domicílio do empregado sempre será considerado autônomo.</p> <p>(E) o trabalho executado no domicílio do empregado sempre será considerado eventual.</p>	<p>54. O empregado que prestar serviços além da duração normal do trabalho</p> <p>(A) receberá o valor da hora suplementar acrescido de 50%.</p> <p>(B) receberá o valor da hora suplementar acrescido de 100%.</p> <p>(C) receberá apenas o valor da hora suplementar sem acréscimo.</p> <p>(D) não receberá o valor da hora suplementar, mas apenas acréscimo de 50%.</p> <p>(E) não receberá qualquer valor se houver sua concordância.</p>
<p>51. Os preceitos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, salvo quando houver expressa determinação em sentido contrário, NÃO se aplicam</p> <p>(A) aos empregados urbanos, aos trabalhadores avulsos e aos empregados em domicílio.</p> <p>(B) aos empregados terceirizados, trabalhadores avulsos e temporários.</p> <p>(C) aos empregados terceirizados, aos trabalhadores rurais e aos funcionários públicos da União.</p> <p>(D) aos empregados domésticos, aos trabalhadores rurais e aos funcionários públicos da União.</p> <p>(E) aos empregados domésticos, aos empregados em domicílio e aos funcionários públicos da União.</p>	<p>55. É assegurado a todo empregado um descanso semanal de</p> <p>(A) 11 horas, que sempre deverá coincidir com o Domingo.</p> <p>(B) 24 horas, que deverá coincidir com o Domingo, salvo por motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço.</p> <p>(C) 24 horas, que sempre deverá coincidir com o Domingo, em razão do princípio da proteção do empregado.</p> <p>(D) 36 horas, que deverá coincidir com o Domingo, preferencialmente.</p> <p>(E) 48 horas, que deverá coincidir com o Sábado e o Domingo, salvo por motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço.</p>
<p>52. A transferência do emprego é lícita quando ocorrer</p> <p>(A) determinação do empregador, em virtude do poder de direção.</p> <p>(B) extinção do estabelecimento no qual se trabalhe.</p> <p>(C) a sucessão do empregador.</p> <p>(D) extinção de apenas um setor do estabelecimento.</p> <p>(E) alteração na estrutura jurídica da empresa.</p>	<p>56. A época da concessão das férias será a que melhor atenda aos interesses do</p> <p>(A) empregado.</p> <p>(B) empregado estudante, entre 18 e 21 anos.</p> <p>(C) empregado casado.</p> <p>(D) empregado maior de 50 anos.</p> <p>(E) empregador.</p>
<p>53. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares</p> <p>(A) em tantas horas quantas forem necessárias para a prestação dos serviços, mediante acordo tácito.</p> <p>(B) em tantas horas quantas forem necessárias para a prestação dos serviços, mediante acordo escrito ou contrato coletivo de trabalho.</p> <p>(C) em número não excedente de duas horas, mediante acordo escrito ou contrato coletivo de trabalho.</p> <p>(D) em número não excedente de duas horas, mediante acordo verbal ou escrito, ou contrato coletivo de trabalho.</p> <p>(E) em número não excedente de quatro horas, mediante acordo verbal ou escrito, com assistência do sindicato representante da categoria.</p>	<p>57. O contrato de trabalho por prazo determinado NÃO poderá ser estipulado por</p> <p>(A) mais de um ano, sendo permitidas tantas prorrogações quantas forem necessárias.</p> <p>(B) mais de um ano, sendo permitidas duas prorrogações.</p> <p>(C) mais de dois anos, sendo permitida uma única prorrogação.</p> <p>(D) mais de dois anos, não sendo permitida qualquer prorrogação.</p> <p>(E) menos de dois anos, sendo permitidas duas prorrogações.</p>

58. São consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

- (A) alimentação e equipamentos de proteção individual.
- (B) alimentação e educação em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros.
- (C) alimentação e habitação fornecidas habitualmente ao empregado.
- (D) equipamentos de proteção individual e assistência médica.
- (E) assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

59. Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto salarial

- (A) não será lícito, nem mesmo com a concordância do empregado, posto que o salário é irredutível.
- (B) será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo por parte do empregado.
- (C) será lícito apenas na ocorrência de dolo por parte do empregado.
- (D) será lícito, desde que exista autorização do Sindicato representante da categoria profissional.
- (E) será lícito, desde que exista autorização do Sindicato representante da categoria econômica.

60. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho e Tribunal Regional Federal.
- (B) Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho ou os Juízos de Direito.
- (C) Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho.
- (D) Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho.
- (E) Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais de Justiça e as Varas do Trabalho.